

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE201805/1242

Tipo Oferta: Procedimento Concursal de Regularização

Estado: Expirada

Nível Orgânico: Ministério do Ambiente

Orgão / Serviço: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1201,48€

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Genericamente, o posto de trabalho posto a concurso caracteriza-se pelo exercício de funções da carreira de técnico superior, tais como são descritas no Anexo à Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, destinando-se ao desempenho de funções técnicas, designadamente, no que respeita às seguintes atividades:

- Acompanhar o desenvolvimento e aplicação de políticas e medidas no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas bem como, de iniciativas relacionadas com a descarbonização dos diversos setores de atividades, designadamente os da energia e dos transportes;

- Apoio na aplicação do Quadro Estratégico da Política Climática e, em particular, do Programa Nacional para as Alterações Climáticas, publicados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho;

- Apoio na implementação ao Sistema Nacional de Políticas e Medidas (SPeM), coordenado pela APA, tal como estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2016, de 26 de agosto, em particular no que diz respeito ao acompanhamento da implementação e monitorização das políticas e medidas;

- Apoio à Comissão Interministerial para o Ar e Alterações Climáticas e Economia Circular, designadamente na preparação de reportes da implementação do Quadro Estratégico da Política Climática e, em particular, do Programa Nacional para as Alterações Climáticas;

Caracterização do Posto de Trabalho: - Apoio nos diferentes exercícios de reporte da implementação da política climática a instâncias comunitárias e internacionais, designadamente à Comissão Europeia e à Convenção Quadro das Nações unidas sobre Alterações Climáticas e Acordo de Paris;

- Participação e acompanhamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial para a preparação do Plano Integrado Energia e Clima (PNEC), decorrente do Regulamento Comunitário relativo à Governação da União da Energia, co-coordenado pela APA;

- Assegurar a representação da APA em fóruns institucionais diversos, como seja, a Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, a participação da APA como associada da ADENE, assegurando as responsabilidades inerentes, bem como, a participação no Grupo de Trabalho Temático Transportes da Coligação para o Crescimento Verde;

- Participar em reuniões comunitárias e internacionais, devendo ser detentor de experiência e compreensão de temas técnicos com um grau elevado de complexidade, oportunidade nas intervenções, transmissão de posições/opiniões de forma clara, interação com um elevado número de participantes, bem como facilidade de contactos com grupos multidisciplinares envolvendo outros organismos da Administração Pública e restantes stakeholders.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Engenharia do Ambiente.

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	1	Rua da Murgueira, n.º 9 e 9A, Zambujal Apartado 7585 Alfragide		2610124 AMADORA	Lisboa	Amadora

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

- Outros Requisitos:** a) Desempenho de funções na APA, entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;
b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, constantes da lista dos processos que obtiveram parecer favorável da Comissão de Avaliação Bipartida do Ambiente, homologada por despachos da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 2 de maio de 2018 (ao abrigo da competência delegada pelo despacho do Ministro das Finanças n.º 2384/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2018), do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de 6 de abril de 2018 e do Ministro do Ambiente, de 5 de abril de 2018;
c) Licenciatura em Engenharia do Ambiente.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Zambujal, Apartado 7585 – 2610-124 Amadora

Contacto: recrutamento@apambiente.pt

Data Publicitação: 2018-05-24

Data Limite: 2018-06-08

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de procedimento concursal de caráter urgente, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro), para preenchimento de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado 1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de maio de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, do Mapa de Pessoal da APA para 2018 da carreira e categoria de Técnico Superior. 2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho: Sede da Agência Portuguesa do Ambiente, sita na Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal, 2610-124 Amadora. 4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho no(a) Departamento de Alterações Climáticas e Economia Circular do Mapa de Pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, para 2018 na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 6. Caracterização sumária das funções do posto de trabalho: Genericamente, o posto de trabalho posto a concurso caracteriza-se pelo exercício de funções da carreira de técnico superior, tais como são descritas no Anexo à Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, destinando-se ao desempenho de funções técnicas, designadamente, no que respeita às seguintes atividades: - Acompanhar o desenvolvimento e aplicação de políticas e medidas no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas bem como, de iniciativas relacionadas com a descarbonização dos diversos setores de atividades, designadamente os da energia e dos transportes; - Apoio na aplicação do Quadro Estratégico da Política Climática e, em particular, do Programa Nacional para as Alterações Climáticas, publicados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho; - Apoio na implementação ao Sistema Nacional de Políticas e Medidas (SPeM), coordenado pela APA, tal como estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2016, de 26 de agosto, em particular no que diz respeito ao acompanhamento da implementação e monitorização das políticas e medidas; - Apoio à Comissão Interministerial para o Ar e Alterações Climáticas e Economia Circular, designadamente na preparação de reportes da implementação do Quadro Estratégico da Política Climática e, em particular, do Programa Nacional para as Alterações Climáticas; - Apoio nos diferentes exercícios de reporte da implementação da política climática a instâncias comunitárias e internacionais, designadamente à Comissão Europeia e à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e Acordo de Paris; - Participação e acompanhamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial para a preparação do Plano Integrado Energia e Clima (PNEC), decorrente do Regulamento Comunitário relativo à Governança da União da Energia, co-coordenado pela APA; - Assegurar a representação da APA em fóruns institucionais diversos, como seja, a Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, a participação da APA como associada da ADENE, assegurando as responsabilidades inerentes, bem como, a participação no Grupo de Trabalho Temático Transportes da Coligação para o Crescimento Verde; - Participar em reuniões comunitárias e internacionais, devendo ser detentor de experiência e compreensão de temas técnicos com um grau elevado de complexidade, oportunidade nas intervenções, transmissão de posições/opiniões de forma clara, interação com um elevado número de participantes, bem como facilidade de contactos com grupos multidisciplinares envolvendo outros organismos da Administração Pública e restantes stakeholders. 7. Posição remuneratória: nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro - a 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior, nível remuneratório 15, ao qual corresponde o montante pecuniário de 1 201,48€ (mil e duzentos e um euros e quarenta e oito centimos). 8. Requisitos de admissão ao concurso: 8.1. Os requisitos gerais, necessários para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º da LTFP, conforme disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou

não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 8.2. Requisitos específicos: a) Desempenho de funções na APA, entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, constantes da lista dos processos que obtiveram parecer favorável da Comissão de Avaliação Bipartida do Ambiente, homologada por despachos da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 2 de maio de 2018 (ao abrigo da competência delegada pelo despacho do Ministro das Finanças n.º 2384/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2018), do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de 6 de abril de 2018 e do Ministro do Ambiente, de 5 de abril de 2018; c) Licenciatura em Engenharia do Ambiente. 8.3. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 9. Formalização das candidaturas: 9.1 As candidaturas são apresentadas mediante preenchimento de formulário eletrónico, de preenchimento obrigatório, disponível na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente: "Divulgação"> "Recursos Humanos"> "Recrutamento"> "Formulários". 9.2. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura; identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 9.3 As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos, devendo preferencialmente serem enviados por via eletrónica para o endereço de email: recrutamento@apambiente.pt, até às 23h59 horas do último dia do prazo ou por correio registado com aviso de receção endereçado ao Presidente do Conselho Diretivo da APA, para a Divisão de Recursos Humanos, Formação e Documentação, sita na Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Zambujal, Apartado 7585 – 2610-124 Amadora, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no ponto 9.4.: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; 9.4. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente. 9.5. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 10. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 11. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular (e a entrevista profissional de seleção, se houver mais do que um candidato ao mesmo posto de trabalho) 11.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 11.2. Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 11.3. São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 14.4 do presente aviso. 11.4. Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas; b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula

em que: CF = 70 % AC + 30% EPS CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular (ver artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação) EPS = Entrevista Profissional de Seleção (ver artigo 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação) 11.5. No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 11.6. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações da APA e na sua página eletrónica. 11.7. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 11.8. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 11.9. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica da APA, após aplicação dos métodos de seleção. 11.10. O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 12. Composição e identificação do júri: Presidente: Eduardo Jorge Ferreira Santos - Diretor de Departamento; 1.º Vogal Efetivo: Ana Margarida Dias Rodrigues Daam - Chefe de Divisão, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º Vogal Efetivo: João Manuel Pires Ribeiro - Técnico Superior; 1.º Vogal Suplente: José Alberto Neto Paulino - Chefe de Divisão; 2.º Vogal Suplente: Joana Veloso - Técnica Superior. 13. A lista de classificação final, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações da Sede da APA; e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 14. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da APA. 24 de maio de 2018 – A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P., Ana Teresa Perez

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total Com Auxílio da BEP:		